

GEOGRAFIA, GEOPOLÍTICA MUNDIAL E A PANDEMIA DA COVID-19. ENTREVISTA COM O PROF. RUY MOREIRA

Diógenes Rabello

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP
E-mail: diogenesrabello@yahoo.com

Daiara Batista Mendes

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP
E-mail: daiarabatista0@gmail.com

Eduardo Nardez

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP
E-mail: edu_nardez@hotmail.com

Resumo

Esta entrevista, ao compor o Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”, tem o objetivo de trazer alguns elementos da atualidade, lidos a partir da perspectiva da geografia. Para isso, foi convidado o Prof. Dr. Ruy Moreira, para dialogar com o Caderno Prudentino de Geografia a partir de algumas provocações elaboradas pelo coletivo que compõe o Conselho Editorial da revista. O Prof. Ruy Moreira é geógrafo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1970) e doutor em Geografia Humana (Universidade de São Paulo, USP, 1994), professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor permanente dos cursos de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Foi presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros entre o período de 1980 a 1982. E tem sua trajetória marcada por uma importante contribuição para o pensamento geográfico desde uma perspectiva do encontro de uma teoria geral da geografia e de uma teoria geral do Brasil. Nesta entrevista, foram abordados os temas: o cotidiano e a teoria geográfica da pandemia da Covid-19, a geografia durante a pandemia, a geopolítica mundial e as alternativas para superar o avanço do fascismo.

Palavras-chave: conjuntura, pensamento geográfico; geografia política; Covid-19; guerra da Rússia-Ucrânia, a nova ordem mundial.

GEOGRAPHY, WORLD GEOPOLITICS AND THE COVID-19 PANDEMIC. INTERVIEW WITH PROF. RUY MOREIRA

Abstract

This interview, which makes up the Thematic Dossier “Geography, Teaching and Research in the course of the Covid-19 pandemic”, aims to bring some elements of the present, read from the perspective of geography. For this, we invite Prof. Dr. Ruy Moreira, to dialogue with Caderno Prudentino de Geografia based on some provocations prepared by the collective that makes up the Editorial Board of the journal. Prof. Ruy Moreira is a geographer (*Universidade Federal de Rio de Janeiro*, UFRJ, 1970) and a PhD in Human Geography (*Universidade de São Paulo*, USP, 1994), retired professor at the Department of Geography at the *Universidade Federal Fluminense* (UFF) and permanent professor of courses *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”*.

ISSN: 2176-5774

in postgraduate in geography at the *Universidade Federal Fluminense* and at the *Universidade Federal Fluminense* y de la *Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado de Rio de Janeiro* (FFP-UERJ). He was president of the *Associação dos Geógrafos Brasileiros* (AGB) from 1980 to 1982. And his trajectory is marked by an important contribution to geographical science from the perspective of the meeting of a general theory of geography and a general theory of Brazil. In this interview, the topics were addressed: daily life and geographic theory of the Covid-19 pandemic, geography during the pandemic, world geopolitics and alternatives to overcome the advance of fascism.

Keywords: conjuncture, geographic thought; political geography; Covid-19; Russia-Ukraine war, the new world order.

GEOGRAFÍA, GEOPOLÍTICA MUNDIAL Y LA PANDEMIA DEL COVID-19. ENTREVISTA CON EL PROF. RUY MOREIRA

Resumen

Esta entrevista, al componer el Dossier Temático “Geografía, Docencia e Investigación en el transcurso de la pandemia de la Covid-19”, pretende traer algunos elementos del presente, leídos desde la perspectiva de la geografía. Para esto, el prof. Dr. Ruy Moreira, para dialogar con *Caderno Prudentino de Geografia* a partir de algunas provocaciones elaboradas por el colectivo que conforma el Consejo Editorial de la revista. Profe. Ruy Moreira es geógrafo (*Universidade Federal de Rio de Janeiro*, UFRJ, 1970) y Doctor en Geografía Humana (*Universidade de São Paulo*, USP, 1994), profesor jubilado del Departamento de Geografía de la *Universidade Federal Fluminense* (UFF) y profesor permanente de los cursos de Geografía de la *Universidade Federal Fluminense* y de la *Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado de Rio de Janeiro* (FFP-UERJ). Fue presidente de la *Associação dos Geógrafos Brasileiros* de 1980 a 1982. Y su trayectoria está marcada por una importante contribución al pensamiento geográfico en la perspectiva del encuentro de una teoría general de la geografía y una teoría general de Brasil. En esta entrevista se abordaron los temas: cotidianidad y teoría geográfica de la pandemia del Covid-19, geografía durante la pandemia, geopolítica mundial y alternativas para superar el avance del fascismo.

Palabras clave: coyuntura, pensamiento geográfico; geografía política; COVID-19; Guerra Rusia-Ucrania, el nuevo orden mundial.

CPG: Queria que você relatasse para gente como você pessoalmente no seu cotidiano vivenciou a fase mais intensa da pandemia, que foi entre 2020 e 2021. Quais reflexões você tomou sobre isso na sua vida e quais foram suas experiências?

RUY MOREIRA:

Então. Eu fiz como todo mundo que não é bolsonarista (riso). Fiquei recluso, muita higiene nas mãos, máscara. Para muita gente foi um problema, para mim nem tanto, porque eu não sou “rueiro”, sou mais do tipo “caseiro”, o que entretanto não é o caso de

todo mundo aqui em casa. A minha esposa é mais de circular. Então, para ela foi muito complicado. Para mim foi o momento que aproveitei para fazer a retomada de um monte de releituras, algumas das quais faço com certa regularidade, outras que fazia tempo não fazia. Eu estou, por exemplo, escrevendo um livro cruzando Marx-marxismo com a geografia, então aproveitei para dar uma relida em toda obra do Marx, incluindo *O Capital*, que tomou mais tempo que o conjunto da obra de Marx, porque é um livro mais volumoso, mais intrincado, mais maçudo. E só agora terminei a releitura. Aproveitei para colocar em dia as anotações e também fiz uma releitura dos clássicos da geografia, porque eu quero fazer justamente esse cruzamento de Marx-Geografia com os problemas atuais. Reli Humboldt, por exemplo, os clássicos, os geógrafos de um modo geral, todos quase não lidos por nós, e talvez por isso fora da fronteira da geografia não sendo objeto de leitura por ninguém, a maioria deles tendo seus textos ainda hoje restritos à sua própria língua, com que eles foram publicados. Só agora, por exemplo, *O Cosmos*, de Humboldt, teve uma tradução espanhola. Aliás, uma bela edição. E tive que encomendar lá da Espanha. A obra do Ritter nem mesmo chegou a nós. Quando muito, chegou um ou outro livro dele. Tenho uma velha edição inglesa, xerocopiada de um volume da Biblioteca do IBGE. Então, aproveitei também para rastrear toda essa literatura pelas redes sociais, até onde consegui alcançar. E é o pouco que eu tenho aqui. Aproveitei também o que eu tenho e não tinha lido para ler. Outro que já tinha lido, para reler. Por exemplo, neste momento estou terminando a releitura de toda a obra de Pierre George, que teve quase tudo dele publicado aqui entre nós. Ou em Portugal e Espanha. Quando o livro dele não tem em português, tem facilmente em espanhol. Sem contar o acesso a sua obra em francês, toda disponível. Ou em inglês. George é bem traduzido e divulgado no mundo inteiro. Estou fazendo o mesmo com Jean Tricart. Embora com maior dificuldade. A obra de Tricart é menos difundida, menos conhecida e menos traduzida entre nós. Por isso tem pouca circulação no Brasil. Não significa fora da França. Um ou outro geomorfólogo brasileiro se inspira nele, cujo maior exemplo é Aziz Ab' Saber, um tricartiano típico, e dono de uma obra grandiosa. E, certamente por influência dele, o Nordeste, uma escola de geografia recheada de tricartianos, onde talvez mais e melhor se conheça e se aplique a obra e as teorias de Tricart. Dos mais recentes, estou fechando, entre outros, a leitura da obra de Harvey, cuja literatura está quase toda disponível em português. Se não em português, em inglês e espanhol.

Aproveitei, em resumo, este período de reclusão, dois anos caminhando praticamente para três anos agora, coisa que para mim ainda não acabou - eu ainda saio na rua com muito cuidado, e com máscara, disso eu sou um pouco neurótico. Como tudo tem dois pratos da balança, houve de um lado o isolamento, de ficar recluso em casa, pouco podendo sair, exceto no essencial de supermercado, farmácia, padaria, etc. e tal, e de outro lado a oportunidade de muita leitura e atualização com a literatura geográfica, de aproveitar, explorar, o máximo possível, o tempo. Aí atravessando o prato inteiro, tanto o lado negativo quanto o positivo. Além de que nunca trabalhei tanto, porque descobrimos o *Meet*, esse instrumento de comunicação remota, então o que eu participei de *lives*, debates via remoto, nesses dois anos foi uma barbaridade. Creio que tantas atividades concentradas, assim, no tempo curto de dois e três anos, eu nunca tinha feito até então.

A pandemia teve esse colorido, a parte escura, a parte clara, nublada, mas também de sol, céu azul, sol transparente, e eu soube aproveitar o máximo possível tudo isso. Mas reforçou em mim também uma antiga impressão, que é a parte final da questão, e sempre fez parte de minha consciência, que é a importância da obra geográfica e sua comunicação em seu papel vital para que a humanidade tenha o conhecimento mais consciente e claro do Brasil e do mundo. Falta, todavia, ainda, o necessário link. E eu espero que todos os geógrafos venham tendo a mesma experiência e percepção que a minha, para que, então, a gente leve a obra literária da geografia a chegar ao grande público. A percepção de que o grande problema da geografia é esse que acabei de lembrar, que os clássicos não foram traduzidos para além de sua própria língua, mesmo os franceses, pouca obra do Reclus tendo sido traduzida para além do mais próximo da França, quase tudo ainda estando ainda em francês. Vidal ainda está em francês, Sorre, Brunhes, George, Tricart. E restritos ao público da geografia. Mas, talvez isso reflita o problema maior, que é o de nós mesmos pouco os termos lido. Um problema que dificulta o acesso das pessoas à obra dos geógrafos. Causa e reflexo talvez da dificuldade de nós mesmos termos pouco acesso como área acadêmica ao grande público. E do vice-versa. Poucas pessoas nos leem. Por exemplo, o nosso geógrafo mais conhecido, que é Milton, pouca gente o leu. Sobretudo entre nós!!! É mais mencionado que lido. Sua obra provavelmente por isso não chegou ao grande público. Idem a obra do Aziz, Carlos Augusto, Bertha Becker, Armando Correia, Manuel Correia de Andrade. Nós mesmos, na verdade, pouco os lemos. Mais citamos, que de fato lemos. Talvez dentre os que mais tenham transgredido fronteiras, para além de nós geógrafos, no tocante à sua obra, esteja o Manoel Corrêa de Andrade. Manoel é daquele

tempo em que o geógrafo se formava em história e geografia, e optava por trabalhar com história ou geografia. Mas nesse curso, criam o hábito do entrecruzamento de ideias e obras. Caio Prado foi trabalhar com história. Orlando Valverde com geografia. Aziz com a interface com a geologia. Manoel, particularmente, vai trabalhar seja com a história e seja com a geografia, passa a dedicar-se à geografia, mas continua trabalhando com a história, o que o torna autor de clássicos seja da geografia, como *A terra e o homem no nordeste*, seja de clássicos da história, como *A cabanada*, que são fabulosos. Sobre este, uma obra esgotada, sempre insisti com ele que devia republicar. Um estudo sobre a rebelião dos cabanos, em Pernambuco, cabanada, não cabanagem, que é um levante do Pará/Amazônia, que é uma coisa impressionante de lindo trabalho. E ainda hoje vemos sua obra circular seja no campo da história e seja no campo da geografia.

O fato é que, de um modo geral, temos, como área, muito pouco contato com o grande público. E no entanto talvez esse momento da pandemia, em que as questões geográficas afloraram como questões dos homens, as quais, sem compreendê-las, sobretudo com o enfoque da geografia ambiental e o enfoque da geografia social, combinados, ninguém entenderia o que estava acontecendo, tenha se mostrado um claro momento. Tema que foi de minha live com os colegas do PET da UFGD, feita no transcorrer do auge do fluxo da Covid-19. Sempre tive essa consciência, eu e muitos outros, o que nessa quadra se reforçou em mim. Espero que a juventude toda, a geração nova de geografia, também venha a ter essa percepção. E que isso faça que a gente busque sempre nossos caminhos. E ir aos clássicos, é um pressuposto.

Mas essa percepção é decorrência de que as nossas coisas teóricas e empíricas de geografia não são domésticas, e não tão teóricas, mas das essencialidades da humanidade. A geografia ainda está isolada do mundo e o mundo está isolado da geografia, mas eu tenho impressão que um ganho desse lado da pandemia é a consciência da necessidade de quebrar essa fronteira, abrindo para a possibilidade de a gente reverter essa distância, agora que a consciência disso publicamente se clarifica.

Fato é que cada vez mais o mundo busca a literatura da geografia, mas tem essa dificuldade: busca-se uma obra de um clássico da geografia em português, mas não se encontra, porque existe em alemão ou francês, língua das origens, não tanto de fácil acesso. São as implicações, do meu lado pessoal, positivas e negativas desse momento duro da humanidade, que é o da pandemia, que levou à morte mais de um milhão de pessoas nos

Estados Unidos, o Brasil a caminho das 700 mil. Uma brutalidade muito forte e muito séria.

CPG: Nesse último período percebemos um movimento reacionário muito forte de descrença e de negação da própria ciência. Como você acha que a Geografia se movimentou para se posicionar enquanto campo científico?

RUY MOREIRA:

São duas as questões que vejo. Uma é a questão do negacionismo. A outra é a oportunidade que a gente teve e soube ou não aproveitar. Com relação à ciência e ao negacionismo, eu diria o seguinte: já antes da pandemia, por conta da difusão do pós-moderno, vinha se negando a ciência, questionando a centralidade da razão, até por um equívoco de confundir ciência com razão. A ciência é mais do que a razão. E a razão mais que a ciência. Ambas básicas e necessárias. Mas não suficientes. Não existe ciência sem intervenção da razão, sem intervenção do conceito e das categorias científicas. Mas existe razão sem ciência. Este é um discurso do logos, o discurso filosófico conhecido, já estabelecido, já elaborado. Mas mesmo assim, a razão precisa da checagem da ciência. A prática teórico-experiencial da empiria. Então, coisa lógica da estrutura do pensamento, a razão é fundamental. Como também nosso corpo. Fonte do conhecimento através da sensibilidade, e o corpo que experiencia o mundo, não a razão. Esta a sistematiza. Uma e outro sendo então copartícipes, numa relação recíproca e não eliminativa, no processo do conhecimento. O problema é que este foi o grande pecado do logos que verbalizou e sistematizou o tom do discurso da ciência. No qual não existe um casamento entre a razão e a sensibilidade, mas supressão desta por aquela, algo que vem de Descartes até Kant, com sua concepção moderna do que é ciência. Tudo em nome da subsunção do vivo pelo inorgânico. Do natural (então reduzido ao físico) sobre o humano. Só que a hegemonia do inorgânico sobre o humano – estou me referindo à física e, de certo modo, à química –, fez que a parte do lado sensível na teorização do processo cognitivo, acabasse completamente ignorada e dissolvida frente à parte lógica do conceito. A eliminação da parte da experiência senso-perceptivas do corpo, do conhecimento como sendo antes de tudo uma experiência e vivência de nossa sensibilidade corpórea, deixando à parte integrativa da razão a exclusividade da formação do conhecimento, torna a ciência um corpo de uma perna só. A cientificidade do campo do inorgânico – como passa a ser considerada a forma

paradigmática da ciência – logo se desdobrando para todos os outros campos, inclusive as ciências humanas. E a grande vítima foi justamente a compreensão da vida. Daí o pós-moderno nascer com a aparência de uma grande crítica negacionista da verdade e validade da ciência. Com sua invectiva acerba da metanarrativa.

Alguns filósofos, como Nietzsche, até que tentam dar uma reversão nesse movimento, antecipando a mesma denúncia. Mas, embora tivessem conseguido chamar a atenção para tal equívoco, não lograram sensibilizar muito. A razão maquinica, que, no dizer de Deleuze e Guattari, é o que está na origem de tudo isso, leva o conhecimento moderno a já surgir parametrado no compromisso do projeto técnico – daí a hegemonia do inorgânico – da construção do capitalismo, e faz da ciência que já nasça entendida como parte chave da instituição e florescimento das forças produtivas. A formalização da ciência caminhando rapidamente para a subserviência ao projeto técnico da revolução tecnológica, de que Revolução Industrial não é mais que um nome sofisticado, organizando sua lógica no Habermas vai chamar a razão instrumental. A ciência como um pressuposto do grande salto na capacidade de produção capitalista, rumo à reprodução mais e mais ampliada do capital.

Então, essa usurpação do conhecimento científico pelo projeto de construção técnica do capitalismo fez com que a parte corpórea do processo cognitivo fosse deixada de lado. A crítica só ganhando terreno com o surgimento da ciência da vida, a biologia, seu primeiro abalo, Darwin aparentando dar um aspecto de revertério sobre tudo isso, recuperando o corpo vivo seja para o campo fenomênico do processo cognitivo, seja para a vivência do próprio processo cognitivo. Por isso na decorrência da biologia logo vem a psicologia, e com ela a percepção, recuperando para o campo do movimento processualístico o corpo, o homem de carne e osso aparecendo como o sujeito do conhecimento. Pouco se altera o paradigma do físico-inorgânico, entretanto, o panorama conceptivo do logos discursivo da ciência ainda mais se reforçando. Derivada para o darwinismo social, a própria trajetória da biologia e da obra de Darwin não leva a releitura para muito além. Não se consegue romper com a hegemonia paradigmática da física, logo reforçada pelo surgimento da química, esse mix de coisa técnica e coisa do inorgânico – sinônimo de recurso da natureza manipulável para os fins de uso industrial – só vindo a desmontar-se com o advento da crise do meio ambiente, crise na verdade do paradigma de ciência e técnica então vigente. E mãe do desconstrutivismo derradiano que migra a negação da ciência do estruturalismo para o pós-moderno.

É quando essa interdição toda do passado vem à tona, só que vem à tona no sentido do outro extremo. A negação radical da razão. Depois de se eliminar a sensibilidade, e em seu nome, quer-se eliminar agora o papel da razão. Substituídas ambas pelo simbólico. Emergindo um discurso de desrazão, de crítica à racionalidade, crítica da própria condição humana do homem, do homem como aquele que é, de fato o que mais importa. Declarada morta a ciência, ainda mal-nascida, do homem. O sujeito cujo objeto de conhecimento paradoxalmente é o próprio sujeito. Morte do sujeito, pois. É um discurso de questionamento que surge sobretudo no campo das ciências humanas, a partir do estruturalismo, do neoestruturalismo e do pós-estruturalismo. O desconstrucionismo de Derrida de permeio. Discursos que vão dar no chamado pós-moderno. A radicalização do fim do sujeito, e então da própria história, entendido por aquelas críticas como o outro nome da razão. Quebrando o entendimento de mundo como um discurso de metanarrativas. Outro modo de negar o papel da totalidade como categoria do conhecimento. Fragmentando o objeto, e criando, a partir do objeto fragmentário, o olhar negador da ciência, que assim progride. Um tipo de negacionismo de esquerda, que vai alimentar, com a emergência da chamada crítica da ideologia cultural, o tal marxismo cultural, sobretudo, o negacionismo de extrema direita de hoje.

Talvez eu abuse na maneira de dizer, mas diria um movimento de oscilação que leva de uma espécie de negacionismo de esquerda, uma esquerda não-marxista, o politicamente correto crítico do sistema, crítico do imperialismo da razão na ciência, ao outro extremo, o prato da balança do politicamente correto de direita, o negacionismo das forças mais reacionárias, crítico da ciência agora como a negação da verdade revelada da Bíblia. Opostos que têm em comum a crítica radical do estatuto da ciência. A crítica negadora da esquerda, que logo se retroalimenta no movimento identitário que aos poucos se forma nas entranhas das lutas étnica e de gênero dos anos 1960 nos EUA, e a crítica negacionista da extrema direita, que se retroalimenta no movimento conservador surgido nas entranhas do conservadorismo religioso das igrejas pentecostais, nos mesmos anos 1960 e nos mesmos EUA. De onde tudo vem. E não por acaso. Críticas logo clarificadas como posicionamentos opostos frente à política de irradiação das medidas de combate à pandemia do covid-19. A crítica de esquerda, agora resgatando em reencontro a importância fundamental da ciência. E a crítica de extrema direita, tomando da condenação da orientação científica para afirmar por verdadeiros os valores conservadores supostamente extraídos dos ensinamentos da Bíblia. Tradução distinta e oposta dos

opostos no plano da ideologia e da política do plano das ideias sobre a verdade da visão de mundo. A crítica da esquerda, da verdade científica, então confundida com a crítica da leitura do mundo centrada na razão, com ela reencontrada, mas ainda reivindicante do lugar cognitivo do corpo. E a crítica da extrema direita, da palavra verdadeira da Bíblia. A pandemia é a fonte da energia que vai balançar os dois pratos da balança. A força da realidade que vai materializar as duas formas de contestação no campo do confronto. O agora humanismo de esquerda, confrontado com o negacionismo de direita. Daí o embate materializar-se no embate da vacina. Para a esquerda significando o realce do papel da importância da pesquisa, da ciência, da valorização do corpo, da centração da verdade na defesa da vida. Para a direita negacionista a condenação de tudo que acusa de pura ideologia cultural. A teologia transfigurada no negacionismo da própria existência. É quando ciências já antes revolucionadoras, como a biologia, mãe da medicina e da vacina, passam a ocupar seu papel de centro do paradigma, porque vacina significa isto, as ciências naturais da vida ganhando o lugar de referência nas ciências da natureza, o conhecimento biológico do corpo humano movendo-se no centro das características do conhecimento científico, aquele ligado à produção da vacina. E esse deslocamento de centro fez que novos focos de conhecimento, sobretudo a biologia molecular, ganhasse uma aceleração inaudita. Algo que já vinha acontecendo. Mas incapaz ainda de romper o paradigma físico e químico de conhecimento científico. Da própria ideia de ciência.

Hoje a gente tem essa coexistência, nada pacífica: o negacionismo tipificado como ideologia de extrema direita, de um lado, e a ciência reafirmada como verdade do conhecimento e defesa da vida, de outro. E a releitura do próprio lugar da física, da química, da geologia, reencontradas numa leitura ecológica da vida como um princípio biofisiogeoquímico, princípio das tecnologias da vacina. Tudo isso num anúncio de renascimento, digamos assim, da ciência nos seus ensaios do nascedouro, a ciência passível de ser baseada mais nas ideias do médico e biólogo André Vesálio, que nas do físico Galileu Galilei. E da ultrapassagem da leitura cartesiana que separa espírito e corpo como referência central do discurso cognitivo e da cientificidade que desde então se impõe. Sem que uma coisa negue à outra, ao contrário do que fora na vitória do paradigma da física.

Outra questão, a segunda, é a vertente ambiental. É isso que vimos, que, agora, neste momento em que se cria alternativa rápida de combate ao Covid-19 através de vacinas, vacinas que foram criadas num tempo recorde na história da medicina, se oferece como lado teórico-prático ao debate da ciência, o papel cognitivo da razão e do corpo, o

debate do problema mais amplo do paradigma. Momento que a gente ainda não pode ver no seu desenvolvimento mais pleno, mas valendo como fundamento da recuperação da crença na ciência. Deixando ao negacionismo o ônus do descrédito isolado. Mesmo para aqueles que pensam que a terra é plana. Isto significando dizer, em suma, que estamos numa quadra da história das ideias, dos valores, da ética, distinta e válida para a reescrita da própria história da ciência, em que mesmo a crítica pós-moderna vai perdendo sentido, a noção de ciência transmutando seu conceito e significado, sem o enfrentamento de qualquer negativismo diante do fato enfático da origem de nossos problemas na forma histórica de relação homem-natureza que vivemos. Do inorgânico e do orgânico, o não-vivo e o vivo, que se afirmam como quadro concreto da natureza. A dialética das coisas sem vida e das coisas com vida firmada como principalidade da centralidade do paradigma.

O olhar do sensível que vai fazer que a visão ambiental vá para além do que a ecologia política revela. E por completo. O limite que pôs o discurso ambiental prisioneiro de uma Economia Política capturadora e fundadora do paradigma da cognicidade no horizonte do inorgânico da física. E mesmo do atual conceito questionável da sustentabilidade. De vez que uma das consequências da pandemia é que, já antes dela, mas reafirmada por ela, a gente começa a descobrir outro universo de ideia de relação ciência-natureza-economia. A realidade que leva toda descrença negacionista a esboroar. Leva a descrença *a lá* esquerda, tipo esquerda pós-modernista, a começar a dissolver. Se já não se dissolveu. E a dissolver-se a descrença de viés extremo-direitista, cuja data de validade perde cada vez mais força. Porque, na verdade, não mais que um recurso político-ideológico pegado na descrença da ciência para poder se firmar um controle político do poder do Estado, objeto de captura da extrema-direita. O que não sei como dizer é para onde vai o discurso de extrema-direita agora frente o descortinar de um momento novo na história da ciência. De qualquer modo, o que entendo é que há um momento novo na história da ciência, por conta do outro lado dos pratos da balança da pandemia, o lado, digamos, positivo, de subida afirmativa, não negativo, de descida negacionista. Acho que isso abre para nós da Geografia uma oportunidade muito grande, muito grande, mas muito grande mesmo, porque a Geografia, tanto a física quanto a humana, acaba também entrando num novo momento de discurso paradigmático, paradigmático de uma natureza e do homem que transcende o lado do inorgânico, não por acaso a geografia física assim sendo chamada, a síntese ecológico-social da vida cobrando os direitos de passagem.

Penso, assim, que cada vez mais, por exemplo, a geografia física vai se afirmar como a geografia da natureza, mantendo-se física mais no sentido metodológico que epistêmico-ontológico do entendimento do mundo. A natureza de cujo ecossistema trófico-fotossintético o homem faz parte. Com efeito de remanejamento que, claro, se reflete igualmente sobre o entendimento da geografia humana. Geografia física e geografia humana proporcionando nova unicidade à geografia como um todo. Tricart, faz tempo, clamava por isso. Clamor que logo vem a fazer que a geomorfologia, a climatologia, a hidrologia seguidamente se refaçam. Entre nós em verdade já há tempo. Numa peculiaridade, aliás, da geografia brasileira no contexto da geografia mundial. Sabidamente temos uma climatologia geográfica que faz contraponto com a climatologia meteorológica, criada por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. E uma geomorfologia do palimpsesto que faz contrapondo com a geomorfologia geológica, criada por Aziz Ab` Sáber. Já tendo mesmo passado da hora de nós geógrafos brasileiros descobrirmos e aplicarmos a climatologia da sensibilidade do corpo de Carlos Augusto e a geomorfologia antroponatureza da teoria do reduto-refúgio de Aziz Ab' Saber. Rompimentos paradigmáticos antes mesmo de acontecer a ruptura pós-pandêmica do paradigma de ciência reinante. Condição a que isto se faça também para além das fronteiras da geografia, num diálogo para além que é o salto de qualidade que nos falta. Quebrando de vez a metáfora de Hartshorne à pergunta de o que é a geografia, lembrando não haver propriamente uma estante de geografia nas livrarias, quando existe é uma estante lá no fundo da livraria, e na estante do fundo na prateleira de baixo. E não por faltar obras para expor-se nas mesas e estantes dos livros disponibilizados ao público. Voltando ao tema da primeira provocação.

CPG: Tem uma questão que nos provoca muito, que é pensar o tema do ensino de geografia e a formação dos geógrafos e das geógrafas neste momento. Você acha que o processo de formação dos geógrafos e das geógrafas teve algum prejuízo durante a pandemia da Covid-19?

RUY MOREIRA:

Acho que do ponto de vista formal, sim. Traduzindo: os alunos não tiveram a oportunidade, bem como os professores, de terem seus encontros na sala de aula. Uma coisa é você ter aula com professor ao vivo, dialogando e conversando. Além de que, para

além da sala de aula, sempre há um corredor, momento de encontro que você e inter-pares avaliam o conhecimento passado, tiram dúvidas do visto e ouvido, somando espaço do corredor e da sala. Momentos daquela relação inter-pessoal que é fundamental no processo de conhecimento e de formação do graduando, e do já estando ou a caminho da fase da pós-graduação. Tira-se uma dúvida aqui, tira-se outra dúvida ali, faz-se a verificação do intercâmbio professor-aluno, cresce a relação de identificação e amizade. Mas para além dos momentos da e para além do corredor e da sala, há, também, os momentos dos encontros da AGB¹, da ANPEGE², dos eventos científicos e políticos, onde geógrafos, via ENGs e ENANPEGE³, fazem seus contatos no nível mais amplo da comunidade. São momentos importantes, onde alunos e professores têm o contato direto entre si e com os geógrafos do Brasil inteiro, num cotejamento e rede de relações que os acompanham profissionalmente para o resto da vida. Ali você faz uma relação que vai para além do seu curso de graduação, amplifica a relação de bibliografia, descobre que a bibliografia que usa é verdadeira, existe de carne e osso, diante dos autores dos textos e dos livros que você está lendo, usando na sua formação de graduação e tanto o impressionam. O que se desdobra no amanhã do mestrado e de doutorado. Então, nesse ponto de vista, sim, foi um lado negativo.

Mas não diria que o prejuízo, se usaria essa palavra, foi total. Porque tivemos também o lado do proveito. Como dizia antes, fiz tantas palestras e dei tantos cursos num lapso tão curto de tempo, num só ano, ou em um tempo de apenas dois anos, que concentradamente nunca tive. E num contato de *lives* que proliferaram a um só tempo por todo o país. Então, é como se os estudantes e os professores tivessem saído do limite físico da coisa física do corredor e da sala de aula e se espreado para a coisa não-física, não-física mas existente, numa potencialização relacional impressionante. Um contato “físico” muito mais amplificado. Mamãe sempre me dizia que “Nem tudo é de todo 100% mal. Há mal que vem para o bem e bem que vem para o mal com proveito igual”. Acho que foi o que houve. Até certo ponto, se a gente pode achar que a mamãe estava certa, talvez alguma coisa aí ocorreu de coisa certa. O bom do *boom* da *live* é que você organiza um debate na sua casa, em Presidente Prudente, mas está presente ao mesmo tempo em todas as casas. Não é uma coisa física, não fica limitada às quatro paredes da faculdade, da universidade ou do

¹ Associação dos Geógrafos Brasileiros.

² Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia.

³ Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

ambiente onde o esteja fazendo, mas vale com interativo com todos os colegas, professores, estudantes de graduação, pós-graduação e para além do mundo da geografia de Presidente Prudente, todos os cantos, todas as cidades e todos os estados, e a um só tempo. Todos estando e não-estando presentes de certa maneira. Então, aquele contato que não aconteceu do ponto de vista físico, acaba acontecendo do mesmo jeito. De um outro ponto de vista, mas de um mesmo conteúdo. É uma novidade! Que, creio, junto à presencialidade, veio para ficar.

E com um aspecto de valor inestimável. Acho que muita gente, eu aí me incluindo, acabou se atualizando inesperadamente nas novas ideias da geografia. E de um modo rápido e diversificado que nunca tínhamos tido. É como se estivéssemos num ENG ou num ENANPEGE e pudéssemos assistir a todas as mesas do evento a um só tempo. Sobretudo através a gravação posterior do you tube. Eu mesmo tive essa experiência. Por exemplo, rastreando as redes, assiste e fui descobrindo *lives* de colegas da geografia física e da geografia humana com ideias e atualidade de ideias que eu jamais teria a oportunidade de conhecer. Mesmo tendo estado em todos os encontros da AGB e da ANPEGE em que esses colegas com frequência também estiveram com suas intervenções. Eu estava em outra mesa e não podia assistir. Não havia gravação de you tube. Então assisti intervenções de colegas da geomorfologia, da biogeografia, da climatologia, da geografia de gênero (geografia feminista), da geografia cultural, da geografia agrária, da geografia urbana, da teoria geral que nunca tinha assistido, encantado de descobrir suas ideias, e, com elas, a quantas anda a geografia brasileira, seu incrível desenvolvimento e adiantamento de perspectivas. Me atualizei, assim, com as novas ideias e perspectivas de teoria e método, dessas áreas e outras, as velhas e novas, as ideias em curso que eu não teria acesso para me informar, me atualizando através das *lives*. Algumas descobertas ao acaso. Outras, digitando o nome do ou da colega no you tube. Uma riqueza enorme, ao alcance de minha escolha, apesar do controle e mandonismo do robô.

Por isso, imagino que, voltando à balança dos dois pratos, a gente tem que relativizar um pouco essa ideia do prejuízo. Mamãe Regina, prá variar, estava certa. É dela a ideia dos dois pratos da balança.

Então, a formação do geógrafo e da geógrafa teve prejuízo, sim, durante a pandemia da Covid-19, respondendo afirmativamente. Mas, sem sombra de dúvida, houve também muitos ganhos. Sabe-se que desigual, dado a desigualdade de meios de acesso a esses meios. E não só por parte dos estudantes, mas também dos professores,

particularmente de escolas, que terminada a universidade, se não têm acesso ao universo mutante desta, se defasam, ficam para trás, se perdem no tempo. Não basta ao professor apenas ler, ler e ler, ter uma estante gigantesca, porque a gente não tem tempo para ler tudo. É preciso o contato verbal com a ideia. Daí a importância do acesso aos meios interativos de *lives* e gravações, o ouvir não raro rendendo no imediato mais que o ler, ouvir de preferência ao vivo e a cores, às vezes mais valendo uma gravação, que podemos ouvir e reouvir, repetidamente, que um texto. Um universo de novidades, tudo disponível, guardado, nas entranhas do you tube.

Por aí descobri como a geografia não parara no tempo, ver como ela progrediu e saber que novas direções seguira. Foi uma descoberta fantástica. Então, ao lado do prejuízo, que certamente ocorreu, houve também este lado de proveito. Acho que foi um tempo em que a gente nunca dialogou tanto ou teve tanta oportunidade de dialogar sobre as ideias, sobre a geografia e sobretudo nos atualizarmos.

Pode soar uma loucura. Mas não vejo como alguém pode se formar bem, na graduação, no mestrado ou no doutorado, ser professor escolar ou professor universitário ao arrepio do conhecimento e atualização das ideias. E isso foi possível termos no isolamento da pandemia, através a ida direta ao evento ou acesso indireto aos arquivos das *lives*. Algo que tem duração mesmo pós-pandemia. Numa reiteração de Dona Regina, ao seu dito de aconselhamento mais completo, “Há males que vêm para o bem, filho. É só deve saber aproveitar e inverter as adversidades. Torne aquilo que é ruim numa coisa que acabe se transformando em coisa boa, positivo para você, saiba reverter o lado avesso da vida”. Foi o que fiz. E espero que todos nós, numa experiência coletiva. Até porque está tudo disponível.

CPG: Olhando para alguns elementos atuais da geopolítica mundial, como a crise de abastecimento provocada pela pandemia, a concentração e dependência excessiva da China, conflito entre Rússia e Ucrânia/potências ocidentais nucleadas pelos EUA na OTAN, pergunto como isto coloca em marcha um rearranjo global das cadeias produtivas hoje em curso. Você acredita em uma reversão do processo de globalização? Que tipo de ordem mundial estaria emergindo?

RUY MOREIRA:

Vejo aí duas questões. Primeiro, a questão das cadeias produtivas. Uma consequência da pandemia é que ela mostrou os limites sistêmicos e da globalização econômica do capitalismo. O que era o capitalismo antes de globalizar-se? E levou-o a se globalizar? Até então, o veículo de organização era mundializar-se via a industrialização planetária, de ver a indústria sair do limite dos países centrais e se estender aos países chamados periféricos. Entre os anos 1950, 1960 e 1970 o mundo inteiro foi assim se industrializando. Período da Revolução Industrial do Terceiro Mundo. Como é o caso do Brasil. Cujos auge foi justamente o período das décadas de 50-60, do segundo governo Vargas aos “50 anos em 5” do governo Juscelino. Daí avançando inclusive pelos 21 anos da ditadura. Em verdade o longo arco do que foi chamado o ciclo Vargas que vai da ascensão de Getúlio ao poder com a revolução de 1930, passa por seu suicídio em 1954 e os anos Juscelino de 50, até o término da ditadura militar em 1985. Longo período de 55 anos que inclui os dois períodos de governo Vargas, o período de governo Dutra, entre um tempo e outro de governo de Vargas, o período de Juscelino, o período curto do Jânio Quadros e o interrompido de João Goulart e conclui com os cinco governos militares. De 1930 a 1985. A rigor um período de industrialização e começo de urbanização do Brasil e do mundo. Em que Brasil e outros países se convertem de rurais em urbano-industriais. Cidades se industrializam. Mas também o campo. Espelho desse período, o Brasil, hoje, em 86% um país urbano-industrial, chegou a um ponto de ser um exemplo de potência industrial, o sexto PIB⁴, sexta potência econômica do mundo. Índice hoje em torno de 12ª ou 13ª PIB num declínio ocasionado pelo que se chama a desindustrialização. Desempenho que vem por conta do modelo que o mundo segue de “industrialização autossustentada”.

Isto significa dizer um país cujo parque industrial junta a totalidade dos setores de indústria que a história do desenvolvimento econômico da humanidade conheceu, desde a indústria de consumo de bens não-duráveis até a indústria de bens de capitais, passando pela fase da indústria de bens de consumo duráveis, indústria de bens intermediários e por fim a indústria de bens de equipamentos para a agricultura. No Brasil numa escala de tempo para além da fase inicial da industrialização substitutiva de importações. Também o Terceiro Mundo. Quando se atinge a plenitude do modelo. Aí incluída a África, particularmente África do Sul e Egito. A Ásia, Índia e Coreias. O grosso da América Latina. É um desenvolvimento, porém, desigual. Boa parte desses continentes só vindo a

⁴ Produto Interno Bruto.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

industrializar-se depois dos anos 1970. E sob um novo modelo. O internacionalizado das cadeias produtivas.

É quando, então, a industrialização mundial se faz acompanhar da financeirização. O mecanismo de acumulação da fração rentista, a fração do capital financeiro que não precisa mais passar pelo setor da indústria – o famoso ciclo D-M-D` pelo qual o capital financeiro clássico, o capital industrial-financeiro, se multiplica através o investimento e empréstimos com juros na produção industrial – vindo a multiplicar-se pela reprodução puramente especulativa D-D` do dinheiro. Antes, há um sistema da produção de bens no qual o capital financeiro tem que investir para poder se multiplicar, mas logo o rentismo descobre que a própria mundialização colabora para que daí se descole e se multiplique pelo puro mecanismo de financiamento do crédito de consumo, explorando a rápida marcha de urbanização que avança junto com a indústria em escala de mundo, e a multiplicação do campo subsidiário, logo tornado cêntrico, dos serviços. Daí ser batizada uma “fração rentista”, a parte do capital financeiro que se autonomiza para se multiplicar pura e simplesmente movendo-se numa relação D-D` de reprodução capitalista. Financiando o crédito de consumo, pago em várias prestações, com empréstimos à larga, traz para essa esfera mesmo o trabalhador que vive da curta renda do seu curto salário. Um trabalhador com salário de proletário, mas levado ao padrão de consumo de baixa e mesmo média classe média. Vendo seu mínimo de salário milagrosamente amplificar-se na capacidade de também comprar e ter computador, celular, geladeira, carro, bens de consumo, ao lado do consumo dos habituais bens primários, em casa, tal qual se fosse um consumidor de classe média ou classe pobre melhorada. Mecanismo da logo chamada sociedade dos serviços, marcada pelo estado generalizado de endividamento.

Filho da urbano-industrialização acelerada, o rentismo ainda mais difunde e aprofunda a escala internacional do seu desenvolvimento. Espalha a indústria em especializações pelos países. Banaliza para todo lado a urbanização de onde vem. Leva o mundo à globalização. O mundo que aqui e ali já vinha se industrializando e se urbanizando agora se urbanizo-industrializa globalmente como um todo. Mais da metade da humanidade é hoje urbana e, metade dessa metade vive em grandes concentrações metropolitanas. Impactando e alterando o próprio modelo urbano-industrial. O que o capital rentista está a assim fazer? O desmonte do arranjo geográfico do sistema industrial que antes o capitalismo havia montado no tempo do capital financeiro. Para remontá-lo de

outro modo. Organizá-la de modo mais barato e produtivo. Articulá-lo como elo subsidiário da centralidade dos serviços.

Capital financeiro e capital rentista são, assim, modalidades não só diferentes, mas opostas de finança. O capital financeiro é aquele que vem da fusão da grande indústria e dos grandes bancos. O capital rentista é aquele que se desprende dessa origem e não tem mais qualquer ligação orgânica com o mundo da produção. O capital financeiro é o capital hegemônico da sociedade industrial. O capital rentista é o capital hegemônico da sociedade dos serviços. Duas formas de sociedade em que a indústria é um ramo vitalmente necessário. Mas com funções e inserções de importância diferentes. Na sociedade industrial sob uma forma funcional e modelar autossustentável. Na sociedade dos serviços numa forma de função e modelar fragmentária e disperso-especializada. A indústria peça-chave e de modelo autossustentável, na primeira. A indústria peça-de-complemento e de modelo de cadeias produtivas interdependentes, na segunda. Se por razão da permanência o capital financeiro, um capital industrial-financeiro, continua existindo. Por razão de natureza o capital rentista, um capital de conteúdo dinheiro-dinheiro, subordina e toma-lhe a dianteira. Duas formas de finança e duas formas de indústria que organizam e contabilizam a totalidade sistêmica de modo distinto. Fundamentalmente integrativo, o capital industrial-financeiro vive essencialmente da produção. Meramente especulativo, o capital rentista vive essencialmente da especulação. Usa do seu poder de influência para globalizar a indústria, globalizando-se por meio dela a si mesmo. Globalizando a indústria na forma fragmentária da superespecialização produtiva. E globalizando-se a si mesma como a financiadora da interconexão e crédito de consumo dos seus produtos. É assim que iremos ver a indústria saindo da concentração territorial de antes, para desmanchar-se nos nichos de especialização produtiva espalhados em nódulos pelo tecido esparramado da urbanização. O rentismo usando da urbanização para abrigar e conezionar a fragmentação da indústria. Via a generalização planetária do sistema de financiamento do crédito de consumo em larga escala que arruma a sociedade e a economia numa outra modalidade de arranjo de espaço. É o modelo de indústria das cadeias produtivas.

É esse modelo que passa a organizar os países que se industrializam a partir dos anos 1970. O modelo da divisão internacional do trabalho e das trocas instituída no e pelo interesse de expansão da financeirização rentista. Daí se estender mesmo para países antes desenvolvidos no modelo de industrialização autossustentada. Somados pelo remanche aos países que começam agora a se industrializar. Ordenando o espaço-mundo na espacialidade

dos nódulos esparsos da especialização produtiva. A urbano-industrialização de novo tipo. A urbano-industrialização que atomiza e remonta o parque industrial autossustentável de até os anos 1970. Do mundo que se arruma no sistema da produção em cadeia ria qual cada país cuida de gerar parte de um todo e um deles reúne na montagem do produto inteiro. Como era na forma clássica – antes totalmente nacionalizada – da montagem do automóvel. Um processo de geração nacional, agora de geração global. A geração das autopeças antes feitas na fronteira do país da indústria automobilística, agora organizadas de forma dispersa pelos diferentes países. Cada um deles produzindo um tipo de autopeça. Um deles recepcionando e integralizando as peças na montagem do carro. Modelo que logo se espalha para o ramo do celular. Do computador. Dos insumos de medicina. O que muda a própria natureza e forma da urbanização. Antes, uma urbano-industrialização espelhar de um modelo autossustentado que gerava e agregava internamente todos os segmentos da produção, exemplo clássico da produção do automóvel. Daí então, e só daí, indo para o todo da troca internacional. Urbano-industrialização onde o produto chega e é consumido agora acabado embaixo de um largo aparato de serviços. Por trás da qual é o sistema de financiamento do crédito de consumo que se move. Ordem de organização de espaço em que o rentismo, não o velho modelo industrial e bancário do capital financeiro, é o elemento que está globalizado. Arrastando consigo a indústria. A ordem urbano-industrial dos serviços. Cotidianidade do novo. Que Lefebvre percebe e tematiza. Cotidianidade do contrassenso, como acerbamente condena e critica.

É um modelo que reduz ao infinito o custo da produção. Eleva ao máximo o índice da produtividade. Põe nos píncaros a taxa de mais-valia. Conduz a economia à contabilidade fantástica dos superlucros. Dispersa a classe trabalhadora. Desmonta o aparelho sindical. E leva a reprodução a um grau inaudito de acumulação capitalista. Uma coisa absurda. Com que quem tem a ganhar é o rentismo. A própria indústria cai no laço do financiamento rentista. O financiamento do crédito de consumo do consumidor dos produtos da indústria. Quadro de hegemonia agora não mais da indústria, do comércio, dos bancos do D-M-D', dos próprios serviços, mas da organização rentista.

É quando o próprio Brasil tem o seu modelo industrial quebrado. Jogado estruturalmente no novo modelo. A chamada reestruturação produtiva. A desindustrialização e interiorização da indústria. O pós-fordismo toyotista. Até a década de 80, um pouco entrando em 90, a geração de autopeças era toda produzida aqui. Dizia-se, então, que um automóvel tinha uma taxa de 80% a 90% de grau de nacionalização. Porque

a indústria de autopeças e a montagem do automóvel realizavam-se totalmente aqui dentro. O que dava à indústria brasileira, desde os ramos de autopeças, o poder enorme de concorrência que então tinha. Desde então, começa o desmonte. Os ramos começam a fechar. As autopeças a ser produzidas em escala global. De exportador, o Brasil se tornar importador de autopeças. A montagem do automóvel a cair a 20%-30% de taxa de nacionalização. Perda de autossustentabilidade. Perda de autonomia com a qual começa a não guentar mais o tranco internacional dos custos e da concorrência. Até mesmo países como o Brasil, que tiveram sua industrialização no período anterior, da chamada indústria autossustentável, acabam por ver se dissolvendo no modelo internacionalizado da cadeia produtiva.

A aparente superioridade do modelo começa, todavia, a acabar com a eclosão da pandemia. Frente a incontornável dificuldade de abastecimento rápido dos insumos dependentes dos agora monopólios das cadeias produtivas o modelo entra em crise. Mostra sua incongruência. E praticamente em todos os setores. Estamos hoje, creio, numa fase de herança pós-pandêmica. Por conta da qual, acredito, a estrutura industrial em cadeias produtivas vá sofrer uma enorme reversão. A globalização, acredito, deixando de ser global. Digamos, se reglobalizando. A começar do campo da indústria. Começando a voltar, creio, ao tempo das indústrias nacionalmente organizadas. Se restabelecendo, por exemplo, em países como o Brasil, a indústria de montagem com o retorno nacional das indústrias de insumos. Hoje, todavia, no tempo dos chips. Como na forma clássica da indústria automobilística. Onde os parques de indústrias voltem a seus graus de 70, 80, 90% de taxa de nacionalização. Porque, sobretudo, percebeu-se que a estrutura mundial de especializações produtivas, dando a cada país especializado um poder insuspeitado de domínio geopolítico, como Taywan, com os chips, e China e Índia com insumos de vacinas, deixa todos os demais países, inclusive os fortes, como os USA, numa inescapável situação de dependência e insegurança. Modelo bom para o rentismo. Ruim para o mundo. Que pede agora – já o fazia na crise de 2008 – um controle sistêmico do modelo de financeirização rentista. A chamada regulação da finança.

Lembremos o problema dos insumos de vacina em plena progressão mundial do surto pandêmico. O uso do poder de manipulação do país que descobre que tem uma parte-chave, estratégica, na ordem interdependente das cadeias de produção, como a China, como a Índia, para fazer, então, pressão sobre o resto do mundo. O que viu-se com a pandemia é que todo o mundo ficou pendente de que a Índia fornecesse o insumo

industrial para que se pudesse produzir a vacina da Astra Zeneca. Lembra-se disso? China e Índia impondo-se ao mundo por meio disto, o governo da Índia vindo a dizer “primeiro vamos produzir a vacina e vacinar o nosso povo.”. Claro, não por estar preocupado com o povo hindu, mas para garantia do populismo e a taxa do lucro industrial interno. Com o que o mundo inteiro ficou sem oferta imediata da vacina. Já havia a vacina, já havia a infraestrutura internacional de produção, já havia a circulação do produto no mercado, e um mercado mundial, mas mercado forçado a ficar adstrito ao interesse nacional da indústria da China, da Índia. Isso que se deu com a indústria de remédios. E logo chega aos outros ramos de insumo. Como a do automóvel. Hoje fato generalizado para toda a diversidade de produtos. No que, acredito, vai forçar a haver nova mudança na ordem mundial. E tenho impressão que a guerra da Ucrânia, já em parte, é efeito e elo acelerador disso.

Indo à segunda questão, centrando a bateria na questão da Ucrânia, para voltarmos à questão da China, vejamos um pouco sua lógica e o que significa. Como então vejo a guerra da Ucrânia? E partindo daí, a questão da geopolítica da China? A China usufrutuária da condição ímpar de grande potência na estrutura mundial da cadeia produtiva, que usa do monopólio para pressionar geopoliticamente o mundo e por tabela aumentar os temores e apreensões com que há tempo assusta a condição hegemônica dos Estados Unidos. Uma palavra inicial, pois, sobre a China. A China antes de mais não é uma sociedade socialista. Mas o que o próprio governo e os que a estudam chamam de socialismo de mercado. Formato de onde tira sua condição de potência emergente, emergente tanto econômica quanto militarmente. Veremos isso mais para a frente. E o que então a guerra da Ucrânia tem a ver com tudo isso? Antes de mais, o que é a guerra da Ucrânia? Para mim, a combinação de duas coisas: a primeira, essa preocupação dos Estados Unidos com a ascensão da China. O que nos leva à Rússia, segunda potência militar do mundo e sua grande aliada. Então, a guerra da Ucrânia é uma forma de enfraquecer a Rússia. Não que a Rússia seja uma potência econômica. Economicamente a Rússia no mundo é um país de nível médio, como é o nível econômico do Brasil. O Brasil é um país de economia de nível médio, não é grande potência econômica. Embora tenha estado entre as seis a oito potências mais urbano-industrializadas, e faça parte do G-20, o Brasil não é um dos países mais desenvolvidos do mundo. Não é uma potência mesmo industrial. É a situação da Rússia. Mas a Rússia, por conta da herança soviética, é a segunda potência militar do mundo. E o problema para os Estados Unidos é que essa segunda potência

militar, a única que com ele rivaliza mundialmente no plano das armas, é a grande aliada da China. E o grande inimigo dos Estados Unidos hoje não é a Rússia, é a China.

Então, qual é a jogada da guerra da (na, verdade, não da) Ucrânia, que tem os Estados Unidos por trás como força ativa, o que é visível? Usando inclusive países da Europa Ocidental. Via OTAN⁵. Outro sinônimo de Estados Unidos. O que explica essa outra não-obra do acaso de localizar-se em território americano a ONU⁶, a ONU que reverbera e verbaliza toda a pressão ocidental contra a Rússia, e em voz uníssona. Sede siamesa dessa outra que não está nos Estados Unidos, a OTAN, mas em Bruxelas, na Bélgica. ONU e OTAN formando nessa guerra a cara e a coroa de uma mesma moeda. A ONU como entidade política. A OTAN como entidade militar. Corpos de um mesmo pedaço, com os Estados Unidos no centro. O que significa o controle, político, via ONU; militar, via OTAN. Controle político-militar dos Estados Unidos, justamente. Quem entende de espaço, sabe que espaço é poder. Não é assim? O fato de a sede da ONU estar nos Estados Unidos significa estar ali a possibilidade do controle espacial do todo do mundo. Controlando a sede, controla, então, especialmente, o mundo. Nada de novidade. Com o acréscimo do fato de a OTAN estar em Bruxelas, que significa a possibilidade do controle militar, via Europa, sem o ônus do envolvimento territorial direto dos Estados Unidos na ocasião de conflito. Basta-lhe o controle das armas. Controlando as armas, controla a sede, controlando a Europa e por meio dela o mundo como um todo. A exceção é justamente a Rússia.

A sede da OTAN está por sinal justamente onde está também a sede da Europa do Euro, também não por acaso, porque por aí se faz a pressão continental norte-americana, pressão por onde sempre faz, Europa à frente, ameaças e avanços sobre as regiões e continentes, caso do Oriente Médio, a Europa, refém da OTAN, obrigando-se a estar junto dos Estados Unidos no campo dos conflitos. Como agora com a Rússia. A Europa Ocidental, mais que do euro, incluída aqui a Inglaterra, que sempre faz o jogo de xadrez dos Estados Unidos, porque, por este ainda estar ocupada, teme a OTAN. A França teme a OTAN. A Alemanha teme a OTAN. A OTAN que mantém a Europa Ocidental no vínculo com os Estados Unidos do ponto de vista do armamento, do financiamento das armas, da pesquisa tecnológica, a hegemonia das armas no mundo que é basicamente russa ou norte-americana.

⁵ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

⁶ Organização das Nações Unidas.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

Esta é a razão porque a Inglaterra sai da Europa do Euro, colocando-se à margem e na pressão constante pelo fim da unidade do continente, em seu eterno papel de escudeiro dos Estados Unidos desde que com o fim da guerra perde a hegemonia do mundo. E perde com ela também a Europa. Depois que a Europa perde a primazia do mundo, e o perde porque a perde a Inglaterra, a hegemonia se transferindo para os Estados Unidos, a Inglaterra, não o continente, torna-se deste uma espécie de comunidade dependente, a pressão norte-americana fazendo-se por a Inglaterra por-se fora da Europa. Assim se explicando porque quando finda a guerra e o continente propõe-se juntar-se na unidade que hoje materializa-se na Europa do Euro, a Inglaterra forja uma unidade à parte, juntando outros países, a EFTA, tornando-se, com o fim da guerra e a ascensão e expansão europeia da União Soviética, na grande aliada americana da OTAN, explicando porque a Inglaterra do brexit sai da Europa do Euro, mas não sai da OTAN.

Então, por trás da pressão europeia sobre a Ucrânia, está na verdade, a pressão geopolítica dos Estados Unidos em sua relação com a China. E com qual o propósito? Pergunta que o próprio Ministro da Economia norte-americano responde, quando da primeira visita à Ucrânia, e a televisão transmite “Qual é o propósito do mundo ocidental na guerra contra a Rússia? Enfraquecer a Rússia”. Enfraquecer militar, não economicamente. A sanção econômica servindo como um aríete. Ao puro jogo geopolítico de inviabilizar o lado militar, já que a força econômica da Rússia no mundo é praticamente nenhuma – o mundo depende um pouco do seu petróleo, um pouco do trigo, um pouco dos fertilizantes, mas isso é apenas uma lista de commodities, a economia russa esta, sim, sua indústria e sua agricultura, dependentes da finança, tecnologia, insumos industriais, a famosa lista dos produtos especializados da cadeia produtiva, dependendo da economia do mundo. Então qual é o propósito do embargo econômico? O enfraquecimento econômico viabilizando o enfraquecimento militar. Foi o que disse o ministro. E qual é o propósito, então, do enfraquecimento militar? Chegar a fronteira da OTAN, via dependência da Rússia, à fronteira da China. Recrudescimento nos dias de hoje do que por sinal era o plano inicial que antecede o fim da URSS. E que, diz agora Putin, os Estados Unidos intencionalmente impediu. Antes preferindo chegar a fronteira da OTAN à fronteira da Rússia. De forma a fazê-la capitular. Fazendo incluir-se à Europa capitulada pelo Plano Marshal e a fundação da OTAN, depois da Europa Central e do Oriente pós-fim do bloco socialista, a própria Rússia como potência dependente. Erro de cálculo? O fato é que a guerra da/na Ucrânia tem, ao fim, embora por outros caminhos, o mesmo propósito.

Frente a inevitabilidade da emergência da China. De olho agora no fechamento da fronteira ocidental à China. Um correlato, ao sul e leste, o lado do Pacífico e do Índico, do fechamento de fronteira via a aliança Estados Unidos-Austrália-Índia-Japão, bloqueando essa outra saída. Há, todavia, como no dito do poeta, do lado oeste, uma pedra no caminho. E esta deve ser retirada. Não foi necessário o ministro completar o discurso. A guerra tem este propósito. Ilhada do lado oeste pela aliança euro-atlântica e ilhada do lado sul-leste pela aliança índico-pacífica, a China fica sem vínculo com o mundo, perde a rota da seda, vê esvaziar-se seu ímpeto de ascendência. O objetivo da guerra da Ucrânia não é a Rússia. É a China.

Mas há um segundo componente desta segunda questão que é a guerra da Ucrânia que é preciso acrescentar: por que justamente a Ucrânia? E é na atitude do governo da Ucrânia, e, sobretudo, na lista dos países da Europa centro-oriental que estão junto com ela, a Polônia, por exemplo, que está a resposta. O ultranacionalismo desses países face à Rússia. Qual a explicação para isso? Para ter a resposta é preciso fazer o retrospecto, mais para trás, da formação desses países. Sua relação com a Rússia ontem e hoje. Para o que é preciso lembrar tratar-se dos então membros da União Soviética, suas 15 repúblicas, em que se encontram Ucrânia, Estônia, Lituânia, Letônia, então etnias, não propriamente países, e dos então membros, estes sim países, então chamados Repúblicas Democráticas, Polônia, Hungria, Romênia, do bloco socialista, todos membros diretos ou indiretos do Pacto de Varsóvia, alma gêmea da OTAN, liderado pela União Soviética. Havia, assim, a URSS, união de 15 repúblicas, incluída a Rússia, socialistas soviéticas, e o arco de nações que separam ao centro e a leste a URSS do resto da Europa. Etnias transformadas em repúblicas autônomas quando da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, emancipadas e transformadas em Estados Nacionais com marca e governos próprios. E arco de defesa criado pela União Soviética em seu avanço sobre o território desses países em direção à Alemanha, chegando até ao coração da Alemanha hitlerista, Berlim, os soviéticos de um lado, o centro-oriental, e os aliados, Estados Unidos à frente, de outro lado, o centro-ocidental, o arco substituindo em favor da URSS à antiga cortina de ferro levantada pelo Ocidente quando da revolução de 1917, cuja consequência é a divisão da Alemanha em dois pedaços, a partir da divisão de Berlim em Berlim Ocidental e Berlim Oriental, a RFA, a República Federal da Alemanha (Ocidental), e a RDA, a República Democrática da Alemanha (Oriental). Todos, à exceção da Bielarus, ex-república socialista,

e da Hungria, ex-república democrática, hoje enlaçados junto à Ucrânia na guerra com a Rússia de Putin. Histórias diferentes. Destinos iguais.

Quando em 1991 a União Soviética termina, por uma decisão de ruptura partida da Rússia, logo seguida da Ucrânia e das outras ex-repúblicas, desmoronam, a um só tempo, a União Soviética e o bloco socialista, por extensão o Pacto de Varsóvia, as unidades agora transformadas em países independentes vindo a ter o problema de como e por que meio organizar-se como Estados Nacionais. Uma experiência nova para as ex-repúblicas soviéticas. E não tão nova para as ex-repúblicas democráticas. Nova, de fato, para as primeiras, já que como membros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, cada república autônoma tinha o seu próprio governo, num todo administrado pelo governo conjunto da União. Por exemplo, na época do desmoronamento, o governo da União Soviética era Gorbachov, mas a Rússia tinha seu próprio governo, Iéltsin, logo por este proclamada independente, cada uma das outras 14 seguindo o exemplo desta. A senha é dada pela Rússia de Iéltsin, que declara num dado momento não mais querer continuar parte da União Soviética, todas indo na esteira, já que, coração da União Soviética, Rússia e União Soviética praticamente se confundem, o sistema de repúblicas assim desaparecendo num estalo que derruba 74 anos de história. Cada uma se tornando um Estado, com seu governo nacional próprio. Quem são? E de onde veem esses governos?

Eis a razão por que recentemente Putin, numa crítica acerba à atitude separatista de Boris Iéltsin, diz ter sido o fim da União Soviética o maior erro geopolítico da história. Querendo com isso dizer que a atitude do governo russo de puxar o tapete desse desmoronamento é a origem propriamente da situação hoje vivida pela Rússia e demais membros do antigo Pacto de Varsóvia, deixando a Rússia e os hoje demais países entregues ao domínio da progressiva expansão territorial da OTAN, diga-se Estados Unidos, sobre a Europa de centro-leste, a última expansão, justamente à Ucrânia, já a caminho da incorporação. Suscitando a necessidade duma recomposição da antiga cortina de ferro, que caberia agora à Rússia reconstituir e reverter. A Rússia respondendo a uma estratégia de geopolítica dos Estados Unidos de, via OTAN, estabelecer a totalidade do domínio da Europa, e daí da China e do mundo. Uma atitude “neoimperial” da Rússia de Putin? Velho projeto imperial dos Estados Unidos. Bipolaridade OTAN e Pacto de Varsóvia retomada de nova forma? O que embasaria a guerra da Ucrânia? É a pergunta.

Mas pergunta que se antecede daquela outra dos motivos do comportamento dos governos então nascidos das cinzas da velha união de repúblicas socialistas e do bloco

soviético. Quem são os governos de hoje? Da Polônia, da Ucrânia, de cada um dos países desmembrados do antigo bloco e da antiga união de repúblicas soviéticas. Resposta: os burocratas que controlavam os partidos comunistas dessas repúblicas, e eram, também eles, respectivos governos seja das repúblicas autônomas e seja das repúblicas democráticas. No fundo já partidos nacionais, como o era o partido comunista da Rússia, diga-se melhor, da antiga Grã-Rússia, cada partido sendo uma célula de um governo respectivo, governo das repúblicas através da máquina partidária dos partidos comunistas. Governos nacionais, dentro embora de uma união de repúblicas, apresentados sem tais conotações. Ocultos dentro das máquinas. Assim como havia o partido comunista da União Soviética, o partido comunista russo, cujo último dirigente foi Iéltsin, havia o partido comunista ucraniano, o partido comunista lituano, a partido comunista georgiano, o partido comunista Tadjiquistão, assim como, fora, no bloco, o partido comunista polonês, o partido comunista húngaro, o partido comunista etc. Cada república, dentro do combo do partido comunista da união soviética, o famoso PCUS, coabitando seu partido comunista respectivo. Num embrião de partidos de governos nacionais. Governos dentro de um governo único, assim como partidos dentro de um partido único, o partido soviético, então tornados Estados nacionais independentes.

Em 1918, Rosa Luxemburgo, a marxista alemã prisioneira da cadeia da social-democracia que mais tarde, em janeiro de 1919, viria a assassiná-la, acompanhando de dentro da cela os acontecimentos internacionais, e, então, a complicada trajetória de construção da sociedade socialista soviética, atentava para a possibilidade desse acontecimento. Da cadeia, escreve, como se fosse numa longa carta, para Lênin, um conjunto de preocupações de referências, pondo-o a parte de sua posição em contrário, onde sugere outra forma à ideia de autodeterminação com que Lênin imaginava juntar em confraternização num mesmo projeto de sociedade a diversidade de povos da ainda Grã Rússia, então como um todo revolucionada, na qual fazia que prevalecesse a perspectiva da diversidade, objeto de Lênin, mas sem os riscos políticos que isso em si trazia. Nessa carta, que Lênin rejeitara – só em 1921, e sob as instâncias do partido comunista alemão, terminada a guerra, e sob nova rejeição de Lênin, solicitado a que a publicasse, é que as advertências escritas de carta vira um livro, *A revolução russa*, virão a se tornar conhecidas –, Rosa antecipa a tendência do surgimento, dentro das entranhas da revolução russa, de burguesias nacionais ascendentes à condição de governos de Estados Nacionais independentes, como veio a acontecer. Rosa só não anteviu a forma. Eram três críticas.

Todas três acontecendo. Fato é que a União Soviética herda um conjunto de etnias dominadas pela Rússia czarista, a chamada Grande Rússia, e que cabia à revolução evitar permanesse em relações de domínio. Etnias que com a revolução socialista se juntam na unidade da União Soviética, organizadas constitucionalmente, na Constituição que institui a União Soviética, organizadas agora como etnias nacionais autônomas, entidades culturais distintas, unificadas e autônomas dentro da unidade, num quadro de constituição política que sob essa forma assim vai se manter até o desmoronamento soviético de 1991. Era a grande jogada, imaginada por Lênin, de manter juntos todos os povos russos e russificados dentro do projeto, então abraçado por todos eles, de construção de uma sociedade nova, a autonomia étnica e a igualação da vida social tomadas como o grande caminho de que o combo de partidos interiorizados na centralidade democrática do PCUS seria o guardião. Não deu certo. Tratava-se, claro, de resolver uma das contradições que a revolução herdava, junto a tantas outras, como as contradições de classes, a revolução democrático-burguesa que agita o todo da Grã-Rússia juntando operários, camponeses, etnias, numa grande aventura política desde o levante de 1905, e Lênin busca fazer prosseguir no estuário comum que as havia reunido. A forma é que parecia à Rosa não convir. Pois que ao preço de concessões, que cedo ou tarde irão, dizia, cobrar seus dividendos. Cria-se, então, uma união de repúblicas socialistas. Unindo etnias que rigorosamente nem eram nações. Portanto, países. Mas que na linha do tempo irão assim se vendo. Embora não necessariamente em forma de ruptura. Ajuda nisso, diz Rosa, o domínio de um território agora como tal reconhecido, e uma cultura própria, embora coexistente com a unidade cultural e linguística do combo russo, tudo dependendo, observa, todavia, dos resultados práticos do seu próprio desenvolvimento. Idealismo étnico a que mais tarde vai crescer-se a dos países do bloco, estes, sim, países, aderidos ao fluxo do pós-guerra. E este vai ser o problema. São governos que surgem dos bastidores do modelo de desenvolvimento, justamente. Burocratas dirigentes, como Iéltsin e Gorbachov, transformados de embriões em burguesias nacionais que vão fundar e governar os Estados-países de hoje.

Peça central do modelo, o planejamento soviético, diz Rosa como segunda advertência, só no geral vai resolver o problema da economia, deixando a desejar no varejo. O que efetivamente se deu. Quando, por exemplo, o povo russo queria comprar um par de sapatos, tinha que entrar numa longa e demorada fila, porque a loja que vendia o sapato era loja atacadista. Loja e indústria postas nas mãos de uma mesma burocracia administrativa, elite que, ao fim, avaliava custo e qualidade dos produtos que produzia e vendia, prestava

contas a si mesma. Pegava-se então uma fila gigantesca para comprar um par de sapatos, para, horas depois na fila, ter-se que vir a comprar um par de sapatos de qualidade ruim. Parte do velho problema seminal de relação cidade-campo com que a URSS desde o início surgira. Fruto de um problema seminal da revolução com o campesinato, tema da terceira crítica de Rosa. E, decorrente disso, o desacerto recorrente do setor industrial de consumo e do setor industrial de meios de produção. Desacertos que o puro e simples planejamento, dizia, por si não resolvia. Forma-se, sim, uma burocracia, E um problema estrutural de consumo de massa que das repúblicas da União Soviética se transfere para os países das democracias populares, cujo efeito é a existência de um mercado negro desses produtos desde os começos. E em todo o bloco. Quem é que vai ganhar com este mercado negro, organizando esse mercado? Quem tem poder para isso. O estamento burocrático. Fiel da balança e regente do partido. E, por meio deste, do Estado.

É essa burocracia enriquecida no mercado negro a fonte de origem da elite que vai se transformar nas hoje burguesias nacionais dirigentes da Rússia e países egressos do fim da URSS e países que com esta formavam o bloco socialista. Embriões de etnias que viram povos dos Estados Nacionais e acima destes as burguesias que os governam. Burocracia do planejamento que alimenta por meio deste o mercado negro, e leva ao término a União Soviética e à forma de nova geografia política que daí então emerge, dividindo em países independentes a Europa de centro-leste. Burocracia que sociologicamente se oculta como classe dentro do sistema e unidade federativa soviética. E usufrue dos meios e formas de vida de classe burguesa. Burocracia que tem o poder na mão, poder político, poder econômico, poder militar, e, no entanto, vive impedida de nutrir-se da oportunidade de uma cultura burguesa, uma condição sociológica típica de classe, talvez se podendo dizer uma burguesa então completando, às escondidas, sua formação, até que a abertura e controvérsias da reforma de Gorbachov lhe indica o momento e a forma de então histórica e sociologicamente resolver-se como classe. A geografia que lhe abre as portas. Expressa na forma como Putin, anos depois, faz sua leitura de “o maior erro geopolítico da história”. Eis a origem da atual Ucrânia, Letônia, Estônia, antigas repúblicas da URSS, Polônia, Hungria, Eslováquia, antigos países do bloco. E todos outros, não por acaso circunvizinhos. Países não por acaso dos Estados e governos mais reacionários do continente neste momento. Estados de burguesias ainda não de todo consolidadas. E que saem em busca de reconhecimento de legitimidade e consolidação como classe nacional dominante via ingresso à Europa do Euro e OTAN. No que se valem da fala de Putin,

expressão russa ele mesmo das burguesias nutridas dentro e a expensas do sistema, para então fincar raízes e projetar-se. O caminho? Para elas, o abrigo e reconhecimento da Europa do Euro e da OTAN. Para a Rússia, o resgate de antanho, a aliança asiática com a China.

Duas questões que, assim, se combinam. A primeira, o alvo verdadeiro não é a Rússia, mas a China. Cercar a China de um lado e do outro, enfraquecendo militar, e para isso economicamente, a Rússia, por cujo enfraquecimento, a OTAN, mesmo que a Rússia não seja incorporada, venha a formar hegemonia militar por toda a Europa e assim chegar à China. A segunda, a razão da forma da reação da Ucrânia. Exemplo espelhar das burguesias nacionais recém-egressas em busca de afirmação. Como os países do centro-leste, via entrada na Europa do Euro e vínculo com a OTAN. Como a Rússia, via retomada da ascendência pregressa e do arco de defesa soviética de outrora. Daí os jogos de guerra entre os antigos países do bloco de que a guerra na Ucrânia é o auge. Cujo preço para a Ucrânia é o desmonte do seu próprio povo. Jogado no exílio em sua quase metade. Preço a ser pago por crianças e mulheres, jogadas numa situação social a mais precária nos países receptores. Sem esquecer a proibição da migração aos homens acima de 18 anos. Num desmonte das famílias. Exílio que só acontece com esposas, irmãs, mães e filhos, ocasionando o problema da soberania dessas mulheres em relação a elas mesmas: quantas concessões mulheres e filhos terão que fazer para sobreviver, com vida para organizar, filhos para criar, condição familiar inteira a se reconstruir, vivendo em lugares adaptados? E não os melhores. E que para a Rússia é a morte da população jovem na guerra, não dos filhos da nova elite, o recrudescimento da repressão interna, o fortalecimento de um governo repressivo. Mapa de um quadro dos governos dos mais autoritários da Europa. Governos de uma burguesia europeia de centro-oriente nascida do enriquecimento ilícito e nela transformada com o fim da URSS.

Acrescente-se a isto a corrida armamentista, que nutre e se nutre da guerra. Corrida alimentada pelo fornecimento de armas dos governos norte-americano e europeus a uma Ucrânia devastada, de um lado, e corrida de gastos de guerra elevados pelas sanções econômicas ao povo russo, por trás do que estão empresas de produção e financiamento de armas recém-saídas da crise econômica que se arrasta pelo mundo desde 2008, de outro. Corrida de envio de volume crescente de dinheiro, cabendo lembrar-se que não existe almoço de graça. Quem, ao final, vai pagar a conta de tudo isso?

Mais ainda. A conjuntura de uma nova ordem, ordem econômico-financeira e sobretudo ordem geopolítica, que o mundo já de um tempo experimenta. A nova ordem mundial que desde ao menos 2008 já vinha acontecendo. Mas que com a ocorrência da guerra se visibiliza e se acelera. Fato é que desde então já se antevê um fim da globalização financeira, alicerçado na desdolarização, numa espécie de reglobalização da finança. E que as sanções econômicas da Rússia e a guerra da Ucrânia vêm a intensificar. Rumo a uma aglutinação regionalizada de pacote de moedas. Como a que a China vem realizando no âmbito do sul e oriente asiáticos ao redor do yuan. E agora a Rússia ao redor do rublo. Desmontes da organização da economia mundial centrada no valor internacional do dólar. E que a sanção econômica da Rússia, antes do Irã, leva a desmistificar como uma estratégia geopolítica norte-americana de controle monetário-financeiro das nações. Assim, toda vez que um país vende um produto, o produto é vendido e pago em dólar, parte da transação sendo paga de imediato em moeda e parte cada país devendo deixar guardado em bancos internacionais, e em dólar, a título de montagem de uma reserva de divisa internacional, uma espécie de uma poupança internacional que garanta estabilidade e credibilidade aos credores, antevendo, por exemplo, o Brasil, um eventual problema interno e necessidade de ajuda e empréstimo externo, a reserva internacional servindo para debelar a crise momentânea, pagar despesas de empréstimos e dívidas internacionais, oferecer garantia de cumprimento dos compromissos. Famosa política de segurança do Banco Mundial e do FMI, chamada política de dólar soberano. Reserva de moeda guardada em bancos controlados por quem? Instituições coligadas aos Estados Unidos. Qual foi a primeira sanção econômica que o governo norte-americano fez à Rússia? A retenção justamente da reserva internacional vinda de venda de petróleo, venda de trigo, a maior parte dessa venda guardada em bancos organizados no chamado esquema Swift, agora retida e expropriada por instância dos Estados Unidos, como antes fizera com o Irã. Prática então conhecida como embargo feito à economia e relações políticas de Cuba. Recentemente com a Venezuela. A novidade sendo agora o esquema Swift, usado como embargo da segunda potência militar do mundo.

Algo já previsível, o que têm feito Rússia e China, alvos preferidos das pressões ocidentais, já de algum tempo? A parte da dívida em dólar é trazida para dentro da fronteira, para o gasto interno, parte, entretanto, daquela deixada nos bancos do sistema Swift sendo usada para a compra do ouro, formando uma reserva internacional parte em dólar e parte em ouro, o dólar deixado nos organismos internacionais, o ouro trazido para

dentro da fronteira do país, tendência que com a guerra da Ucrânia e o embargo à Rússia grande parte dos países tende agora a seguir. Foi o que inclusive reduziu em muito o impacto das sanções para a Rússia. Já precavida dessa eventualidade política. Imagine que você seja um país e imagine você como um país olhando para sua reserva internacional e vendo o que o Estados Unidos está fazendo com a Rússia, qual sua tendência face isso? Resguardar-se do repeteco consigo o máximo possível. Não querendo ver repetir-se o mesmo com sua reserva. Vindo a desdolarizar e guardar sua economia sob outra forma. É o que está fazendo a China. Agora a própria Rússia. Então há uma tendência a fragmentação da estrutura monetária internacional. Desdolarizando-a. Com isto acabando a própria essência em si da globalização. Que, pelo que vimos vendo, já de algum tempo nada mais significa que globalização da indústria, agricultura (mais propriamente o agronegócio), comércio e os serviços montada para o domínio do rentismo. E nesse passo se forjando a busca de uma forma de regulação que globalmente o administre.

CPG: A pandemia evidenciou os índices de desigualdade social, por outro lado mostrou a capacidade dos movimentos populares de apresentar projetos concretos para a classe trabalhadora. Como podemos compreender as ações e as formas de mobilização populares na busca por alternativas para as famílias mais afetadas, como a doação de alimentos, itens de higiene sanitária (máscaras e álcool em gel) a partir da concepção de contraespaços?

RUY MOREIRA:

Então. Essa desigualdade sempre existiu. Ela é intrínseca à estrutura do sistema do capitalismo. Uma sociedade baseada na riqueza dividida em lucro e salário. Sociedade social e economicamente desigual já por sua estrutura. Sociedade que nem de longe equipara salário e lucro em valor monetário. Fruto do acesso desigual à propriedade – a famosa sociedade onde uns têm propriedade privada e os outros são privados de propriedade – em face do qual se distinguem e se interpenetram desigualdade de renda (a sociedade vista pelo prisma da distribuição da renda) e desigualdade social (a sociedade vista pelo prisma da distribuição da propriedade), uma a desigualdade que a gente vê e outra a desigualdade que a gente não vê, uma, a segunda, sendo a origem e se escondendo por trás da outra, a primeira. Estratos de renda e estratos classes em verdade se oferecendo como reciprocamente fundidos. A abordagem do estrato de renda entretanto sempre sendo

usada para ocultar a realidade estrutural real da estratificação de classes. Não apenas. Por esse motivo mesmo sociedade da diferença cada vez mais gritante de salários e lucros. O salário que existe como meio de sobrevivência e reprodução do assalariado, daí chamar-se mínimo, de modo a o trabalhador continuar a ter energia física, intelectual, corpórea, mantendo a força de trabalho em condição sempre viva e disponível para vender. O lucro que existe como meio de engorda da incorporação da mais valia expropriada daquele. Um bê-á-bá da teoria econômica. Sabemos disso. Que o avanço do culturalismo em sua condenação perempta do que chama economicismo parece vir para esconder. Já não bastasse a intencionalidade de confundir economia e riqueza, esta sempre vista como a expressão monetária do lucro, da renda (da terra) e do salário, as partes respectivamente correspondentes ao capital, à propriedade fundiária (rural e urbana) e ao trabalho, de modo a que o econômico e social apareçam ideologizados como o movimento natural do dinheiro – forma com que a riqueza passa a ser vista e desejada -, o dinheiro revestido no lucro benfeitor do salário (é quem garante o emprego), portanto da própria existência da sociedade. Daí que a distribuição desigual da renda apareça como natural (sempre houve e sempre haverá pobres e ricos no mundo), por isso mais que justo, escondendo a fonte original da distribuição desigual da propriedade. A acumulação do capital se fazendo a própria mola do progresso do mundo.

O problema é o monopolismo da propriedade que aumenta e torna essa desigualdade cada vez maior e mais ampla, e o discurso ideológico, mais e mais renovado, o último deles o neoliberalismo, que se renova num renovamento discursivo de ocultamento sempre crescente dos fundamentos de origem. Mas que a pandemia revela cruamente na catástrofe humana que vimos. Monopolismo por um tempo dissimulado pelas políticas sociais de Estado. O Welfare-State sepultado pelo neoliberalismo. Que se tenta recuperar com as políticas emergenciais da pandemia. Qual seja, a política de Estado característica do período dos anos 1930 aos anos 1970, auge do pacto capital-trabalho do pós-guerra, que se estende até os começos do desmonte neoliberalista. Conquista da classe trabalhadora, sobretudo a política e sindicalmente organizada, que, pressionando através de greves e ocupações de fábricas, fez que a burguesia recuasse, cedendo parte do lucro na forma de constantes aumentos de salário, fazendo do Welfare State uma política de acordos de salários e renda justamente. Mais que isto, sendo uma conquista, não uma concessão do patronato propriamente, o Welfare-State fez-se acompanhar de uma presença ativa da classe trabalhadora, seja em partidos políticos e seja em sindicatos, num ativismo que muda

a face do próprio Estado. Marca de uma conjuntura facetada pela própria capacidade da classe trabalhadora de pressionar o patronato como classe de domínio e o Estado como instância de mediação junto a um múltiplo de instituições de bem-estar social como escolas, serviços de saúde, aparatos culturais, formas de lazer, e políticas de sociedade civil assentada nos direitos políticos, organização sindical, liberdade de imprensa, opção religiosa de todos, e a própria presença do movimento popular na máquina do Estado através a participação no Executivo e no Parlamento. Sistema que mantém a desigualdade social e de renda mitigada por um bom tempo.

É um sistema que o patronato é obrigado a aceitar, assustado e reagente à emergência de revoluções socialistas que apresentam o capitalismo à sociedade e à classe trabalhadora como um regime social historicamente em fim de vida. Situação que estimula a luta da intelectualidade e da classe trabalhadora por reformas e direitos seja no capitalismo avançado e seja no capitalismo atrasado (os então países desenvolvidos e países subdesenvolvidos de Yves Lacoste e Pierre George), abrindo assim para a emergência das forças social-democratas e sua pauta de um socialismo mitigado dentro das próprias entranhas do sistema, o Welfare State, justamente, com o Estado capitalista na cabeça e no centro. Política que não por acaso começa a se dissolver com o fim dos países socialistas a partir do fim do bloco soviético, levando à dissolução também da pauta social-democrata em benefício do desmonte neoliberal. Desmonte das instituições de bem-estar social que declara o Estado um elefante grande e pesado a se enxugar, via a política de reestruturação tomada de empréstimo à URSS das reformas de Gorbachov (lá chamada de perestroica e glasnot), e a globalização acelerada da urbanização e das cadeias produtivas da indústria bancadas pela emergência do rentismo, pós-fordismo, pós-liberalismo (neoliberalismo) e pós-moderno sendo filhos de um mesmo parto.

É no Brasil o período coincidente com o fim da ditadura e a instituição da Constituição de 1988, cujos artigos são uma tentativa de composição da política do Bem-Estar Social e da política da neoliberalização, lados opostos que mal e mal conseguem compatibilizar-se e se enfrentam na sequência de emendas que aos poucos vai deformando a Constituição recém-formada completamente. O neoliberalismo se implementando no desmonte acelerado do patrimônio e instituições keynesianas e o Welfare State se mantendo nos apoios das forças da sociedade civil e da massa da classe trabalhadora ainda presentes e organizadas no âmago do próprio Estado (governadores, prefeitos, deputados,

senadores), o combate à pandemia vindo aí ter no SUS (Sistema único de Saúde) remanescente do velho Welfare seu grande sustentáculo.

Vale acrescentar a ligação de muitos desses participantes aos mecanismos de defesa das organizações não-governamentais, as ONGs⁷, assim chamadas por se situarem na interface da sociedade civil e do Estado como uma espécie de entidade privada de natureza pública, muitas nascidas justamente da falência da política do Welfare State, e, nestes termos, tomarem para si funções do ou análogas ao Estado, levadas e organizadas no âmbito da sociedade civil. Objeto de muitas críticas. Há ONGs e ONGs. Há ONGs que são criadas apenas para amealhar o dinheiro do Estado. Muitas das quais para atuarem como *lobbies*. São as ONGs dos ONGuistas. E há ONGs que fazem um papel social sério. Talvez um exemplo sejam as igrejas evangélicas. Há igrejas evangélicas e igrejas evangélicas. Há pastor que cria uma igreja para ganhar dinheiro, e, tomando a igreja como base logística, fazer carreira política, virando deputado federal, senador, prefeito, governador e até, presumivelmente, presidente da república, ministro do presidente. E há pastor que cria uma igreja realmente comprometida com a comunidade de onde nasce. Faces contraditórias de uma prática importada dos Estados Unidos. Assim pastores, assim ONGS.

Então a desigualdade social já existia, mas era um pouco mitigada por conta desses meios. E que com a pandemia fica então escancarada. Forçando os governos neoliberais a apelar às políticas sociais, um pouco no estilo do Welfare State, mas não exatamente, mesmo quando o Executivo rejeita, como no Brasil do Bozo⁸, o Parlamento pressionado pelos representantes das bases populares fazendo a diferença. Como a política de mitigação de mínimo de renda social de R\$ 600,00, quando Bolsonaro queria R\$ 200,00, garantida pelo Congresso e que o Governo Federal teve que cumprir, num jogo interno de correlação de forças, O Parlamento garantindo a ajuda do auxílio emergente. No fundo é o movimento popular que, via seus representantes, está presente, criando uma política de proteção social nesse período de pandemia, com recurso público federal, mais municipal e estadual. Política provisória reforçada pela atuação complementar de recolha e distribuição de cestas alimentares das ONGs, peças-chave por seu enraizamento também no meio da população, no sentido de realização de um movimento societário de ajuda mais ampla. Tal a transparência da desigualdade que então o sistema não consegue mais esconder.

⁷ Organizações Não Governamentais.

⁸ Refere-se a Jair Bolsonaro.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

Todavia, olhando de novo os dois pratos da balança, o capital rigorosamente não teve o menor prejuízo. Tal também a presença das instâncias do neoliberalismo. Nunca, a despeito da pandemia, o lucro do sistema bancário e financeiro foi tão alto, nunca certos ramos industriais, sobretudo as indústrias alimentícias, mas principalmente as indústrias de remédios, enriqueceram tanto. As indústrias farmacêuticas, os supermercados, os ramos da agroindústria nunca ganharam tanto dinheiro na vida. O capital no geral nunca teve uma taxa de lucro tão alta. Qual foi aqui a varinha de condão? A precarização neoliberal do trabalho que já antes vinha sendo instituída. Aqui dentro o governo Temer, depois o Bolsonaro, lá fora, o governo Trump, nos Estados Unidos, o governo Macron, na França, um a um vão desmontando a legislação trabalhista do tempo do Welfare State, unidos mundialmente nesse movimento. A precarização legalizada do trabalho, que vinha acontecendo, legitimada a título de garantia de manutenção do mínimo de renda e trabalho pela própria emergência da pandemia, até mesmo se acentua. No Brasil, Temer⁹ veio para isso, para fazer a reforma que instala o precariado, no lugar do proletariado. Na pandemia então intensificada pelo Posto Ipiranga, instalado no Ministério da Produção (substituto justamente dos ministérios da Indústria, do Planejamento, da Fazenda e do Trabalho, ministérios típicos da política de pactuação capital-trabalho do período do Welfare State), antes mesmo do surto pandêmico para isso. O que assim vemos as estatísticas pós-pandêmicas divulgar? De um lado acumulação. De outro, miséria. O capital com sua taxa mais que elevada de lucro. O trabalho com sua taxa mais que rebaixada de salário e nível de renda. Parte da resposta à pergunta é isso, a constatação de que a desigualdade social e de renda é intrínseca, estrutural do sistema do capitalismo. Assim como é no Brasil a misoginia, o racismo, a homofobia. Estrutural da natureza do sistema capitalista. Miséria social, para além da pandemia, estrutural. Porque estamos falando do capitalismo.

Mas há igualmente, num segundo aspecto, a face importante da presença-ausência mesmo que fraca do movimento popular. Por um lado, a miséria foi aumentando, mas a massa teve receio de ir à rua. Sabiamente isolando-se e escondendo-se, como cada um de nós, do surto do Covid, em casa para se proteger. É onde entra a ajuda das ONGs. E sem dúvida da participação conjunta da mobilização popular. Nunca a quantidade de cestas básicas chegou tanto a essas casas. E com rapidez tão grande. Por seu lado, driblando a dificuldade do isolamento as próprias comunidades isoladas se mobilizam para se organizar

⁹ Michel Temer, presidente da república entre 2016 e 2018. Ascendeu ao governo a partir do golpe que ajudou a orquestrar contra a presidenta Dilma Rousseff.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

internamente. Como foi na comunidade da favela de Paraisópolis. Na periferia de São Paulo. Onde as próprias pessoas tomaram a iniciativa de se auto-organizar. Exemplo que se multiplica em vários outros lugares. O movimento comunitário auto-organizando o atendimento de si mesmo. Por iniciativa própria, a massa popular de Paraisópolis faz isso, se auto-organiza, via a divisão geográfica do território de favela, de modo a organizar o atendimento da demanda comunitária, criando em cada pedaço o que foi chamado de um presidente e um comitê de ajuda, usando do conhecimento do espaço, sabendo que espaço é poder, para se auto-organizar num arranjo de gestão territorial distributiva da assistência de modo a poder espacialmente amplificar sua capacidade de sobrevivência, facilitando a cada comitê ter o contato pessoal direto com a demanda das famílias. Fosse a ação realizada ao nível inteiro de Paraisópolis, e, sabia-se, seria difícil o serviço, mas o território da favela dividido em pedaços de autoadministração, ali onde o contato das famílias é direto, o conhecimento da demanda e a distribuição dos recursos podiam tornar tudo mais precisos. Assim, de imediato, sabia-se o que cada família tinha de necessidade e demanda de provisão de recurso. O quanto de feijão, o quanto de arroz, o quanto disso, o quanto daquilo, de coisas de alimento, de higiene, de roupa, de coberta, de remédios se mostrava mais exato. Mas reversivamente também facilitava a cada família saber o que podia oferecer de pessoas para bancar a prestação do serviço. Fazendo-se então o cálculo da cesta básica, considerado o total de necessidades. E igualmente fazendo o recurso chegar às casas com mais presteza e correspondência. Como no lema a cada um segundo as necessidades, de cada um segundo as possibilidades. Aprendizado espontâneo que a eclosão da pandemia vai buscar lá na interioridade da sabedoria da história.

Então a eclosão da pandemia teve essa dupla característica. De um, lado, a exposição da miséria como um elemento de estrutura. E que só se resolve com a superação desta. De outro, as formas superativas da dificuldade de mobilização popular. Que, penso, vai começar a acontecer. E por uma razão, sobretudo: o efeito retroativo da reglobalização sobre as cadeias produtivas, de que falamos mais para trás. Sua tendência de fazer retornar a estrutura industrial autossustentada dos anos 1970. E com ela o movimento operário. Na verdade o grande ausente nas lutas pré, intra e pós-pandêmicas. Restabelecido de outra forma, embora, mas dentro do mundo do trabalho que lhe é correspondente, sua presença e ambiência. Uma pergunta é: grande ausente, por quê? Resposta: dado o fato da mudança da geografia da percepção operária que acompanha a mudança da geografia da indústria. Explicando. Na época em que as economias industriais eram nacionais, a fábrica ficava

vizinha ao bairro de morada dos trabalhadores. Em muitos casos, fábrica e bairro territorialmente se concentravam num mesmo espaço, a exemplo do ABC¹⁰, em São Paulo, de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, creio que de algum modo em algum lugar de Presidente Prudente. Formavam uma mesma identidade geográfica. Até porque territorialmente a indústria tem seu arranque numa forma fortemente concentrada no Brasil. E junto a essa concentração territorial da indústria vem também a concentração territorial operária, bairros e indústria coabitando uma mesma área, geralmente puxada como área da indústria. No passado eram bairros que inclusive se confundiam inteiramente com as localizações da indústria, as chamadas fábricas-vila, depois do que vilas e fábricas perdem o vínculo umbilical, fábrica e operários mantendo-se porém geminados mesmo em áreas separadas, como em Duque de Caxias e em Nova Iguaçu, noutro exemplo do Rio de Janeiro. Mesmo estando separados em espaço de morada e espaço do trabalho, fábrica e operariado mantinham assim a proximidade que permitia ao operário saber tudo que acontecia reciprocamente no bairro e na fábrica, porque a própria classe operária servia de via de comunicação entre um espaço e outro. Então havia uma percepção e face esta uma consciência de classe, que mantinha fábrica e bairro como um mesmo sistema social de vida. A condição espacial que pela percepção alimentava a classe e o seu movimento.

Quando a organização espacial muda com a modelização internacional das cadeias produtivas, muitas fábricas fecham no nível nacional e abrem no nível internacional, percepção e consciência espacial de classe com isso se evanesco. Foi o que aconteceu no Brasil com a redistribuição industrial que esvazia a grande São Paulo. E em tal grau que o ABC deixa de ser uma área industrial, para se tornar uma área de serviços. Redistribuição, na verdade, do parque industrial do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. que muda a organização geográfica da classe trabalhadora em tal escala que neutraliza a percepção fábrica-bairro-fábrica que alimentava a troca de informações e a mobilização de classe dentro dela. Imagine isto em escala planetária. Há, então, um esgarçamento da condição espacial de classe nessa dissipação internacional do arranjo da indústria que separa no infinito da escala as duas vertentes da geografia do trabalho, a fábrica e o bairro, com seu reflexo de percepção e conscientização na formação de classe da classe trabalhadora. Percepção e consciência que se fragmentam, se dissolvem, se dissipam no novo arranjo, numa introjeção de relação de ser-consciência tornada intencionalmente impotente para produzir uma visão de mundo de classe no universo de vida da classe trabalhadora. É por

¹⁰ Região industrial dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

isso que o movimento sindical se enfraquece. O movimento operário se dissolve. Os partidos operários se estiolam. É só olhar o que é o PT¹¹ de hoje, comparado ao PT do período em que surge.

Tenho, assim, a impressão de que vamos entrar num tempo de reversão e renascimento nacional da indústria face o desmonta que os próprios Estados vão ter que fazer no arranjo mundial das cadeias produtivas, renacionalizando e retornando a fábrica e o bairro ao termo do arranjo de antes, num renascimento da geografia operária. Com ela, do movimento operário. E já num contexto de luta contra o desemprego, a baixa de renda e a miséria social, uma miséria estrutural. O operariado voltando à rua para juntar-se ao movimento das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais, da juventude, dos velhos, a luta no Brasil ganhando mais força. Os dois pratos da balança, sempre, do capitalismo criando o seu contrário.

O movimento social recarregando-se de energia por conta do aumento da desigualdade. De modo progressivo, embora. Não no imediato de agora. Sabendo que a miséria não cria movimento, ao contrário, cria no trabalhador o medo de fazer qualquer tipo de ato que o leve a mais desemprego, baixa de salário, miséria social, de tal modo fragilizado. E que o momento propício é aquele em que a economia, saindo de uma situação de crise e a caminho da retomada, eleva os níveis de emprego, aumenta o nível de renda e reduz o exército de reserva, os trabalhadores tendo em casa e no sindicato, dado a melhor do salário, a reserva de dinheiro que os encoraja a peitar o capital. Até lá, o movimento sindical se reorganiza, ganha nova forma, acumula força, volta às bases da consciência de classe. O partido operário reestabelece suas raízes. E, então, o movimento de novo cresce. Quadro ao qual cedo ou tarde, acho, vamos voltar.

CPG: Na sua leitura do Brasil atual, quais são as ferramentas que a sociedade brasileira pode construir na luta contra a extrema direita e seu projeto neofascista?

RUY MOREIRA:

Seria a junção das consciências, a retomada da capacidade de mobilização, a unificação dos seguimentos em movimentação de rua, que, creio, o renascimento do movimento operário ao redor da luta contra a carestia de vida nas cidades, a violência das opressões, a usurpação do direito ao trabalho, temas transcendentais aos seus limites de

¹¹ Partido dos Trabalhadores.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 44, v. 3, p. 228-265, set/2022, Dossiê Temático “Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19”.

ISSN: 2176-5774

classe, porque universais, é capaz de realizar e trazer. Junção das lutas operárias, das mulheres, dos negros, do LGBTQI, da juventude, dos índios, dos camponeses, segmentos sociais aos quais falta a presença amplificada dos trabalhadores, trabalhadores também do comércio, dos bancos, dos transportes, das lojas, dos serviços, e vai precisar acontecer.

Então, acho que o grande instrumento é a engrenagem da unidade que forje na mobilização a descoberta da força comum. Essa, a resposta. A pauta de ação cada vez mais ampla desses e outros setores da sociedade que buscam a mudança que é preciso. Setores que pela urbanização e o anti-rentismo se autodescobrem sujeitos múltiplos, sujeitos, agora, todos, sujeitos diferenciados de um mesmo grande problema do tipo de sociedade em que se vive, em busca de uma nova forma.

Ferramenta com a cara plural e unificada de mudança. Cada qual angulada nas marcas do seu rosto. Pautas muitas de uma mesma pauta. Pautas que não deixem de ser plurais. Mas não se percam na pluralidade. Pautas de uma pauta que una. Ferramentas que virem uma mesma grande ferramenta: a pauta de mudar, e pela base, tudo isso que aí está.